

**PUBLICAÇÕES EDIPUCRS**

Jorge Campos  
**OS ENIGMAS DO NOME**  
**Na Interface Lógica/Semântica/Pragmática**  
2004, 304p.

Os pedidos deverão ser encaminhados à:

**EDIPUCRS**  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33  
Caixa Postal 1429  
90619-900 - Porto Alegre - RS/BRASIL  
[www.pucrs.br/edipucrs/](http://www.pucrs.br/edipucrs/)  
E-mail [edipucrs@pucrs.br](mailto:edipucrs@pucrs.br)  
Fone/Fax: (51) 3320.3523

## Leitura: informação e comunicação

Jane Rita Caetano da Silveira  
PUCRS

A compreensão textual tem sido tema de pesquisas diversas nas últimas décadas, abrangendo a área da linguística, das ciências da linguagem, da comunicação, e, principalmente, do ensino. Analisada através de várias abordagens teóricas, dois pontos parecem ser consenso: a sua importância crucial e as limitações evidenciadas no seu processamento.

Dados recentes de pesquisa realizada em âmbito nacional, amplamente divulgados pela mídia impressa e eletrônica,<sup>1</sup> apontam que 67% da população brasileira não entende o que lê. Esse caracteriza-se como um fato grave, se considerarmos que a compreensão textual é inerente à vida do ser humano, seja do ponto de vista escolar, aqui englobando ensino fundamental, médio e superior, seja do ponto de vista familiar, social ou profissional. Na verdade, a maior parte do conhecimento formal de um médico, dentista, engenheiro, administrador, advogado, para citar alguns profissionais, depende da leitura de textos e de sua adequada compreensão.

Em vista dessa importância, muito se tem questionado o que está na base do processo de compreensão textual, e, apesar da complexidade dos fatores envolvidos, o raciocínio destaca-se com um papel fundamental no entendimento de textos, escritos e orais, sejam eles técnicos, expressivos, argumentativos, literários, ou mesmo textos que caracterizam a comunicação espontânea através de diálogos, cuja marca é a oralidade.

<sup>1</sup> Entre as várias divulgações na mídia brasileira, destacamos a edição de 9 de setembro de 2003 do jornal *Zero Hora* (Porto Alegre/RS), que apresenta dados de pesquisa de uma organização não-governamental, ligada ao Ibope, revelando que 67% dos brasileiros não entendem o que lêem, e que apenas 25% dos brasileiros entre 15 e 64 anos são capazes de ler, entender o que está escrito e escrever corretamente.

Assim, num exemplo de comunicação cotidiana, como o que segue.

A: *Vais viajar no feriadão?*

B: *Domingo vou exercer a cidadania através do voto.*

percebe-se que a compreensão do que B diz ultrapassa o código lingüístico, só sendo possível o raciocínio para a sua compreensão se tivermos informações contextuais como: o diálogo é entre dois porto-alegrenses, por exemplo, a data de domingo é 31/10/2004, nessa data haverá eleições para a prefeitura de Porto Alegre, o feriadão começa no final de 6ª. feira, dia 29/10 e se estende a 2/11, o dia de votação é no meio do feriadão, muitas pessoas que pretendiam fazer uma viagem mais longa desistiram, pois se ficarem para votar o feriadão será encurtado, etc.

Tais informações, indo além do que foi dito, denominadas contextuais e disponíveis a A e B, são necessárias para a compreensão adequada do que B afirma. Ou seja, as informações devem ser contextualizadas como premissas de um raciocínio interpretativo para que se atinja um processo de comunicação bem sucedida.

Modelos de código têm se mostrado insuficientes, como explanatórios desse processo, uma vez que não permitem explicar a compreensão que vai além do que é decodificado lingüisticamente. Na verdade, tais modelos tendem a restringir-se à codificação e decodificação de mensagens.<sup>2</sup> De acordo com Ready (1979), muitas teorias científicas da comunicação baseiam-se na metáfora do CANAL,<sup>3</sup> tomando a língua como um código e a comunicação como a transmissão de uma mensagem construída a partir desse código.

A idéia básica, conforme enfatizam Silveira e Feltes (2002),

é a de que codificar seria como "empacotar" algo (colocar as idéias-objetos em recipientes-palavras), e decodificar seria "desempacotar" algo (tirar as idéias-objetos de recipientes-palavras), a partir de um processo supostamente simples de envio e recebimento de mensagens, em que não se requer nenhuma habilidade comunicativa ou cognitiva adicional (p. 19).

Entretanto, modelos fundamentados essencialmente em código, ou em termos puramente lingüísticos, não nos possibilitam compreender diferentes interpretações possíveis em contextos específicos, já que uma habilidade cognitivo-interpretativa, não contemplada por esse modelo, passa a ser requerida.

<sup>2</sup> Para uma visão detalhada desse assunto, ver Shannon e Weaver (1949), Jakobson e Halle (1956), no âmbito da lingüística, e Eco (1976, 1980, 1984), no da semiótica.

<sup>3</sup> Nos estudos cognitivos, a notação em letras versais refere-se a conceitos.

E esse parece ser o maior problema na interpretação textual durante a leitura: o monitoramento dos mecanismos cognitivos de compreensão, inadequado para uma atividade exploratória do texto.

O processo da leitura envolve vários aspectos, incluindo não apenas características do texto, mas também características do leitor e do contexto histórico em que o texto está inserido. Compreende, inicialmente, duas operações fundamentais: a decodificação e a compreensão das palavras. Os processos básicos, isto é, os que se voltam à decodificação e à compreensão do significado lingüístico, são particularmente importantes nas primeiras etapas da aprendizagem da leitura, pois, se não forem adequadamente desenvolvidos, impedem o desenvolvimento dos chamados processos superiores para a apreensão do conteúdo.

No entanto, tais processos básicos não são suficientes para compreender o que não é dito ou o que vai além do dito, fator fundamental para a leitura, em seu sentido genuíno. Pesquisas desenvolvidas no âmbito escolar e observações empíricas em áreas diversas indicam que é comum as pessoas tentarem ficar na leitura do que está sendo dito (ou escrito), sem penetrar nas entrelinhas, entendidas aqui como suposições ou inferências operadas na mente. Este tipo de leitura superficial do texto, que não leva a alterações de crenças, conhecimentos e atitudes do indivíduo, está vinculado a tarefas escolares de compreensão e interpretação textual, cujo objetivo, na maioria das vezes, é fazer com que o aluno reproduza o que a leitura decodificada apresenta.

Segundo Silveira e Martins (1997), essa forma de ler o texto, que poderia ser caracterizada como "um dizer: nada a ninguém", não contempla princípios subjacentes à idéia de que a leitura informa e comunica. E as autoras ressaltam:

saber ler é compreender, além do que o texto diz, o que ele não diz, mas quer significar. O que está escrito por trás da letra (a intenção do autor construída por meio de um processo inferencial) e não "ao pé da letra" (tradicionalmente chamado de significado literal), é o que realmente importa para alcançar adequadamente a interpretação pretendida. O escrever ou dizer uma coisa para significar mais do que se escreveu ou se disse pode tornar-se um recurso importante, quando bem explorado, para estimular e desenvolver o raciocínio inferencial [...] no processamento da informação durante o processo de leitura (p. 61).

Brandão e Spinillo (1998), ao discutirem a compreensão de textos, também afirmam que a mesma não se resume à capacidade de memória, mas se estende à capacidade de inferir fatos que não são apresentados explicitamente no texto. Ou seja, é preciso relacionar os conteúdos do texto com as informações contidas nele mesmo, as cotextuais, com as informações contextuais, que envolvem conhecimento de mundo do leitor, como também é necessário perceber ou inferir a intenção do autor.

Entre os modelos inferenciais de comunicação, que surgiram como alternativas para modelos fundamentados essencialmente em código, e que tratam da compreensão oral ou escrita num nível cognitivo, destaca-se a Teoria da Relevância (TR), desenvolvida por Sperber e Wilson (1986, 1995). Trata-se de uma abordagem teórica já amplamente conhecida no contexto nacional e internacional, que tem nas inferências espontâneas, não-demonstrativas e não-triviais, o seu ponto-chave para a compreensão de enunciados.

Em sua obra *Relevance: Communication and Cognition* (1986, 1995), os autores apresentam um modelo de comunicação ostensivo-inferencial, de natureza pragmático-cognitiva, buscando explicar como as informações são processadas na mente para levar à compreensão.

A TR, cuja potencialidade de aplicação a fenômenos comunicacionais é muito grande, caracteriza-se por uma complexidade teórica que faz convergir uma tradição em filosofia da linguagem da qual derivam várias propostas em pragmática linguística, formando uma rede de relações sintático-semânticas, com estudos recentes em psicologia cognitiva, que enfatizam aspectos fundamentais do processamento de informações, como atenção, representação do conhecimento, memória, processos inferenciais, entre outros.

Dos vários pressupostos teóricos do modelo de Sperber e Wilson, destacamos nesse artigo alguns estreitamente relacionados ao nosso objetivo, que é o demonstrar como as informações dependem de um contexto para se tornarem comunicativas através de um raciocínio inferencial.

Entre eles, citamos:

1 – A TR parte de uma característica inata da cognição humana: os indivíduos prestam atenção apenas ao que é, em alguma medida ou em alguma circunstância, de seu interesse.

2 – A palavra “relevância”, nessa abordagem, significa uma relação cognitiva-comunicativa de equilíbrio entre esforço de processamento das informações e efeitos alcançados; em outras

palavras, entre custo (gasto de energia mental) e benefícios (hipóteses interpretativas construídas com plausibilidade psicológica). Os efeitos e esforços ligam-se, respectivamente, a princípios cognitivos de eficiência e economia durante o ato comunicativo/interpretativo.

3 – Essa teoria fundamenta-se em duas propriedades indissociáveis: ostensão, por parte do comunicador (autor/falante) e inferência, por parte do receptor (leitor/ouvinte). A ostensão é o estímulo (nesse caso, enunciados ou texto verbal) utilizado para chamar a atenção, a fim de que se desencadeie no receptor um processo inferencial para a compreensão.

4 – Nessa abordagem, é crucial o papel do contexto cognitivo, entendido como um conjunto de suposições (informações) que vêm à mente do indivíduo no processamento inferencial da informação. Tais suposições podem advir do ambiente físico, observável, seja através do código linguístico ou da percepção, da memória enciclopédica, que armazena as nossas crenças e conhecimentos, e de um processo dedutivo de raciocínio.

5 – Os autores dessa teoria apresentam dois Princípios de Relevância: o primeiro, cognitivo, postula que a cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância; e o segundo, comunicativo, estabelece que cada ato de comunicação ostensiva comunica uma presunção de sua própria relevância ótima.

6 – O raciocínio dedutivo constitui-se de inferências não-demonstrativas e não-triviais dentro de um processo lógico cognitivo, que se afasta do formalismo matemático da lógica-padrão, uma vez que se vale apenas de regras de eliminação, interpretativas, ao considerar o conteúdo e o contexto das premissas construídas nesse cálculo inferencial. Além disso, as hipóteses interpretativas são apenas confirmadas, e não provadas, através das evidências que se tornam disponíveis. Como afirmam Silveira e Feltes (2002):

Nessa perspectiva, o cálculo inferencial não-demonstrativo difere das inferências demonstrativas, que sofrem restrições lógicas, sob um formalismo rigoroso, e que são julgadas como válidas ou inválidas. A presente proposta caracteriza-se exatamente pela tentativa de fornecer uma descrição explanatoriamente justificada da comunicação humana, sem submeter-se às limitações da lógica padrão no tratamento de fenômenos da linguagem natural (Silveira e Feltes, 2002, p. 14).

Destaca-se, nessa teoria, o mérito de interação entre os processos de decodificação e de inferência num sistema dedutivo de natureza cognitiva, o qual pressupõe uma nova concepção de contexto, situada nos níveis representacional e processual da informação.

De acordo com Sperber e Wilson, a informação nova, através de estímulos lingüísticos e/ou sensorio-perceptuais (advindos da visão, audição, tato, olfato, paladar), é combinada com um conjunto de informações armazenadas na memória, desencadeando a construção inferencial de suposições e permitindo chegar à sua compreensão.

Assim, considerando o papel do contexto na compreensão de enunciados para possibilitar que os leitores/ouvintes entendam adequadamente o texto lido, construindo inferências lógicas do ponto de vista cognitivo, apresentamos a análise interpretativa de um diálogo à luz da relevância.

O diálogo é inserido no seguinte contexto:

*Dois irmãos (A e B) estão falando sobre a sua mãe, que, separada recentemente do pai deles, agora mora com o amante, um gigolô. A, o irmão, tem ameaçado matar o amante da mãe, deixando B, a irmã, bastante apreensiva.*

A: *Sabia que a mãe estava com o olho roxo quando fui visitá-la?*

B: *Ela falou que foi no trânsito. [...]*

A: *Olhe, se aquele sujeitinho teve a coragem de levantar a mão para ela [...] juro para você que eu mato o filho da mãe.*

Partindo do enunciado de B, "*Ela falou que foi no trânsito*", um estímulo ostensivo, cujo esquema de suposição "Alguém afirma que alguém falou P" é inferencialmente enriquecido,<sup>4</sup> A constrói a seguinte suposição:

B afirma que a mãe falou ter machucado o olho em seu carro num acidente de trânsito.

Tal decodificação enriquecida pragmaticamente permite-lhe inferir, com base em seu conhecimento de mundo e em informações armazenadas na memória (como, por exemplo, o fato de B se preocupar porque A insiste em matar o amante da mãe), que:

1 – Se B diz "*ela falou*", então pode estar querendo manifestar que não é a sua própria opinião,

2 – Se B não está querendo manifestar a sua própria opinião, pode estar pretendendo omitir o fato de que ela também não acredita na desculpa dada pela mãe,

3 – Se B está querendo omitir o fato de que ela também não acredita na desculpa dada pela mãe, é porque tem medo que eu cumpra as minhas ameaças de matar o amante.

Percebe-se, na suposição 3, a presença de informações armazenadas na memória, que não foram explicitadas lingüisticamente. Ou seja, A – o irmão – acredita que, mesmo não sendo intenção da irmã, B, tornar mutuamente manifesta a sua descrença ou desconfiança, a sua atitude ao lhe responder comunica o que S-W chamam de proposição expressa, cujo conteúdo do enunciado é encaixado na atitude do falante:

- (i) B acredita que o olho roxo da mãe não foi consequência de um acidente no trânsito.
- (ii) B desconfia que foi o amante que machucou a mãe, batendo nela.

Assim, embora a atitude de B não seja evidenciada pela forma lingüística do seu enunciado, o que ocorreria se ela dissesse "eu não acredito que [...]" ou "eu desconfio que [...]", e nem pelo tom intencional de sua voz, que poderia atuar como uma pista paralingüística para demonstrar a sua intenção, A percebe essa atitude pelo tom de voz exageradamente casual da irmã, considerando-se o assunto em questão, assunto que está no foco da atenção de A por constituir-se em algo do seu interesse.

A atitude de B, somada à informação enciclopédica de que ela tem medo de que o irmão realmente se torne um assassino, faz com que A atribua a tal atitude a intenção de não deixá-lo mais irritado do que já está. Diante disso, a atitude do falante, em termos comunicacionais, é mais um aspecto a ser considerado no enriquecimento pragmático da forma lógica e pode tornar-se muito relevante para a proposição expressa, semanticamente completa, pois contribui para alcançar a compreensão do enunciado.

Na verdade, isso justifica a segunda fala de A, aparentemente desconectada, se analisada em termos puramente lingüísticos, da resposta de B no diálogo. Evidencia que o conjunto de informações armazenadas na memória vem à tona durante o processo da compreensão, constituindo premissas no desenvolvimento de um raciocínio inferencial não-demonstrativo, caracterizado pela impossibilidade de ser provado, em termos de lógica formal, e pela presença do conteúdo e do contexto de tais premissas.

<sup>4</sup> Ver Silveira e Feltes (1997a) para exemplos de processos pragmáticos que desenvolvem a forma lógica do enunciado, explicando o que é codificado lingüisticamente.

Assim, com as suposições (i e ii) representadas mentalmente, A constrói outras, num desenvolvimento exploratório e interpretativo do que não foi dito por B:

4 – B supõe, como eu, que um gigolô não deve estar nada satisfeito com a repentina falta de dinheiro de sua amante. (a falta de dinheiro em decorrência da separação é uma informação velha, armazenada na memória)

5 – Se o amante de nossa mãe é um gigolô e perdeu sua mina de ouro, não podendo mais explorá-la financeiramente, então teria seus "motivos" para brigar com nossa mãe.

6 – Se o amante de nossa mãe tem "motivos" para brigar com ela, então pode estar até espancando-a por falta de dinheiro.

Das premissas implicadas (1-6), é possível a derivação da implicação contextual:

7 – Se o gigolô não pode mais explorar nossa mãe financeiramente, espancando-a por isso, então o olho roxo pode ser consequência das brigas entre eles.

Esse raciocínio ainda poderia permitir a A concluir 8 e chegar a uma nova conclusão implicada em 9:

8 – O olho roxo da mãe pode ser consequência das brigas entre ela e o amante por causa de dinheiro.

9 – Se o amante estiver batendo em minha mãe, vou matá-lo.

Obviamente, a derivação 9 obtida das suposições construídas por A, que justifica a sua segunda fala no diálogo, é muito menos pretendida por B e muito mais da responsabilidade dele, pois as constrói movido pelo ódio que tem do amante da mãe, ódio que o impulsiona a querer matá-lo.

Desse modo, as possíveis suposições de A, a partir do diálogo, são manifestas, mas não mutuamente manifestas no sentido dado por S-W, isto é, explicitadas lingüisticamente, uma vez que ainda não há evidências que confirmem o fato de o amante estar batendo na mãe e de a irmã acreditar nisso. Assim, embora as suposições 1-9, processadas no contexto constituído de suposições armazenadas na memória, sejam racionalmente plausíveis, dadas as circunstâncias contextuais, elas são implicaturas fracas, já que B não teve a intenção de torná-las mutuamente manifestas. Caracterizam-se, portanto, como casos de indeterminância (Sperber e Wilson, 1991), ou seja, suposições fracamente comunicadas, derivadas de uma informação com um menor grau de explicitude, no caso, a resposta de B a A, no diálogo.

De qualquer forma, tais suposições não podem ser ignoradas, uma vez que são possíveis de serem construídas com um nível satisfatório de plausibilidade psicológica. E tornam-se relevantes, já que são efeitos contextuais comunicativos e cognitivos alcançados com o menor esforço de processamento justificável em vista da acessibilidade das informações que formam o ambiente cognitivo de A. Na verdade, são as relações de relevância que possibilitam a compreensão dos enunciados, que se apresentam sem as tradicionais noções de coesão e coerência, no diálogo acima.

Observa-se, através do exemplo, que o processo comunicacional, nesse caso, o verbal, transcende o nível de decodificação do enunciado para possibilitar a compreensão do que foi dito.

Obviamente que se trata de uma situação comunicativa específica, num contexto que inclui um conjunto de crenças compartilhadas, mas que ao mesmo tempo é um simples diálogo entre irmãs que, apesar de ser lingüisticamente fragmentado, tem potencialidade de gerar uma série de hipóteses interpretativas para chegar à exploração mais eficaz do enunciado e, conseqüentemente, à compreensão.

Analisemos um outro exemplo, que constitui uma manifestação lingüística de humor. Trata-se de um conjunto de frases que poderiam ser escritas em túmulos, considerando-se quem morreu:

#### O QUE ESCREVER EM CIMA DO TÚMULO

Se você é...

**ALCOÓLATRA:** *Enfim, sóbrio.*

**ARQUEÓLOGO:** *Enfim, fóssil.*

**ECOLOGISTA:** *Entre em extinção.*

**FUNCIONÁRIO PÚBLICO:** *É no túmulo ao lado.*

**HIPOCONDRIACO:** *Eu não disse que estava doente?*

**PESSIMISTA:** *Aposto que está fazendo o maior frio no inferno.*

**VICIADO:** *Enfim, pó.*

Percebe-se, nesse conjunto de frases, que a ironia e a brincadeira por trás do que é dito seriam totalmente incompreensíveis, se a análise fosse feita apenas em termos lingüísticos e se a elas não fossem somadas informações da memória enciclopédica, tais como:

- alcoólatras geralmente só ficam sóbrios quando permanecem dormindo por algum tempo.; nesse caso, o sono eterno garante a sobriedade;

- os arqueólogos trabalham frequentemente com fósseis... e, nesse sentido, ao morrerem também se tornam fossilizados;
- a preocupação constante dos ecologistas é a extinção de animais e plantas, que deveriam ser preservados; isso justifica a frase "entrei em extinção", já que o ecologista morreu;
- a frase para o funcionário público, deve-se à brincadeira comumente feita com esse profissional, afirmando-se que ele está sempre passando adiante a sua responsabilidade, a fim de não fazer nada em seu trabalho;
- o hipocondríaco, com mania de doença e de que vai morrer, gaba-se de sua certeza, na frase acima, através de uma pergunta cuja resposta só pode ser aquela que lhe dá razão;
- o pessimista, sempre pensando no pior, não somente admite que vai para o inferno, como também cai no exagero de apostar que lá está fazendo frio;
- o viciado em pó (aqui sinônimo de droga) se tornará pó, após a morte.

Mais uma vez podem ser percebidos os pressupostos da TR trazendo evidências para explicar a interpretação das frases. Em primeiro lugar, há uma relação direta entre a representação linguística dos enunciados e os interesses dos indivíduos enquanto estavam vivos. Em segundo lugar, cada enunciado é um estímulo ostensivo para quem o lê, dada a natureza do tema, desencadeando o processamento inferencial das informações. Nesse processamento, em que a informação nova combina-se com o contexto de informações já existentes para gerar implicações contextuais, obtém-se a maximização da Relevância, já que os efeitos cognitivos e comunicativos são alcançados numa relação de equilíbrio com o esforço mental, ou seja: as informações armazenadas na memória tornam-se facilmente disponíveis para a construção do raciocínio inferencial que leva à compreensão. Além disso, esse raciocínio dedutivo é não-demonstrativo, uma vez que as suposições ou hipóteses interpretativas construídas são passíveis apenas de confirmação, através da força das suposições que as instanciam, e não de provas, no sentido formal da lógica padrão, que abstrai conteúdo e contexto das premissas no cálculo dedutivo.

É possível observar, através dos exemplos apresentados nesse artigo, a complexidade do processo comunicacional, nesse caso, o verbal, que vai além da decodificação do enunciado para possibilitar a compreensão do que foi dito. E esse processo aplica-se à leitura e compreensão de textos, cujo objetivo maior deve ser a comunicação propriamente dita.

Retomando o que enfatizamos anteriormente, a leitura que se fundamenta apenas na decodificação não passará de uma leitura superficial, que se distancia do entendimento do texto. É como se fosse um processo mecânico, dispensando habilidades cognitivas e perceptuais que permitem o desenvolvimento do raciocínio lógico, responsável pela atividade exploratória textual que pode efetivamente levar a compreender aquilo que se lê.

Desse modo, insistir no raciocínio inferencial para a compreensão, a partir da leitura, é uma forma de exercitar a mente a realmente chegar àquilo que é comunicado. Talvez o ensino da língua portuguesa devesse se tornar mais ostensivo, no que se refere a atividades de compreensão textual, a fim de que os alunos fossem treinados a explorar e entender o que lêem, processando inferencialmente as informações, de modo a atingir um nível satisfatório de percepção do significado e da função comunicativa da leitura, ao chegar à intenção pretendida pelo autor do texto.

## Referências

- BRANDÃO, A. C. P.; SPINILLO, A. G. Aspectos gerais e específicos na compreensão de textos. *Psicologia: reflexão e crítica*, n. 11, p. 253-272, 1988.
- ECO, U. *A estrutura ausente*; introdução à pesquisa semiológica. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- . *Tratado geral de semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- . *Semiótica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ática, 1991.
- JAKOBSON; HALLE. *Fundamentals of Language*. The Hague: Mouton, 1956.
- READY, M. The conduit metaphor. A case of frame conflict on our language about language. In: ORTONY, A. (org.). *Metaphor and thought*. Cambridge University Press, 1979, p. 284-324.
- SHANNON, C.; WEAVER, W. *The mathematical theory of communication*. Urbana: University of Illinois Press, 1949.
- SILVEIRA, Jane Rita Caetano; FELTES, Heloísa P. *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- ; ———. Forma lógica, explicatura e implicatura: grau da explicitude do conteúdo proposicional da teoria da relevância. In: *Forma lógica e existência*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997a.
- ; MARTINS, Dileta Silveira. Teoria da relevância: uma nova abordagem para a leitura e compreensão de textos no laboratório de línguas. *Letras e Letras*, v. 13, n. 1, p. 55-66, jul. 1997.
- SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. 2. ed. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1995.
- . Loose talk. In: DAVIS (ed.). *Pragmatics – a reader*. New York: Oxford University Press, 1991.